



21º Congresso de Iniciação Científica

**OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA POLÍTICA DE ATENDIMENTOS
SOCIOEDUCATIVOS EM PIRACICABA**

Autor(es)

LARISSA AVANCINI SCHIAVUZZO

Orientador(es)

TELMA REGINA DE P SOUZA

Apoio Financeiro

FAPIC/UNIMEP

Resumo Simplificado

A Constituição Federal de 1988 apresentou um novo sistema de proteção social por meio da política de Seguridade Social, da qual a Assistência Social faz parte. A assistência social passa a ser um direito do cidadão em condição de vulnerabilidade e risco social e um dever do Estado, que o realiza compartilhando sua responsabilidade com instituições de iniciativa privada. No caso da Assistência Social direcionada à criança e ao adolescente tem que se considerar as normativas preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para este Estatuto, as crianças e adolescentes são entendidos como sujeitos de direitos, que pertencem a um segmento especial por estarem num processo de formação biopsicossocial. De acordo com o ECA, as políticas de atendimento devem primar pela universalização da oferta dos serviços públicos, como prioridade absoluta, e os programas específicos, como os programas de proteção (apoio sociofamiliar, acolhimento institucional ou familiar) e as medidas socioeducativas (prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semi-liberdade e internação), devem assegurar a promoção da autonomia e reintegração social do indivíduo, apoiado na convivência familiar e comunitária, destacando o caráter de brevidade e excepcionalidade na aplicação das medidas de proteção que afastam as crianças e adolescentes de suas famílias e comunidades. . Neste contexto, este trabalho foi realizado com o objetivo de identificar os projetos/programas de atendimento à população infanto-juvenil realizados em instituições do município de Piracicaba, além de descrever suas características e analisar esses Projetos com base nos parâmetros institucionais-normativos dirigidos aos direitos da criança e do adolescente. Para atingir os objetivos, foi realizada uma coleta de dados no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), onde os referidos projetos estão registrados. Posteriormente, esses dados foram sistematizados e analisados com base em parâmetros analíticos construídos enquanto princípios ontológicos, metodológicos, axiológicos e ideológicos presentes nos textos normativos, direcionados à população infantojuvenil, estudados durante o processo de produção da pesquisa. Como resultado, podemos observar que a maioria das instituições organiza-se como gestão privada e que grande parte tem como principal fonte de recursos financeiros a iniciativa privada, embora também recebam financiamento público para a complementação do quadro financeiro. Quanto às atividades desenvolvidas pelas entidades, a maioria delas busca fortalecer os vínculos familiares e comunitários, principalmente por meio do esporte e lazer. Apesar da grande quantidade de informações sobre as entidades, os dados sobre as atividades realizadas por essas não foram suficientes para assegurarmos que estão em consonância com os princípios que identificamos nos textos normativos da política nacional em relação aos direitos da criança e do adolescente. Identificamos certa consonância em relação aos objetivos, que nem sempre se expressam nas atividades dos projetos oferecidos pelas entidades.